



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

12/09/2018

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. ESMAM.....	3
2.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	4
2.3. VARA CRIMINAL.....	5 - 6
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	7
3.2. VARA CRIMINAL.....	8
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	9
4.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	10 - 12
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. VARA CRIMINAL.....	13 - 14
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	15
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	16
7.2. ESMAM.....	17
7.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	18 - 23
7.4. JUÍZES.....	24
7.5. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	25

passam a funcionar com processo eletrônico

PJe: Comarcas de Santo Antônio dos Lopes e Joselândia passam a funcionar com processo eletrônico

A Portaria Conjunta nº 10/2018 também estabelece critérios para a realização de comunicações processuais e publicação de atos judiciais

As comarcas de Carutapera e Cândido Mendes passam a receber e processar, desde segunda-feira (10), 23 tipos de classes judiciais de âmbito cível, exclusivamente de forma eletrônica, por meio do sistema Processo Judicial eletrônico (PJe). A implantação está prevista no cronograma de expansão do PJe, disposto na Portaria Conjunta nº 10/2018, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

De acordo com a Portaria Conjunta, a tramitação judicial sem uso do papel alcançará 31 comarcas de entrância inicial no segundo semestre de 2018, compreendendo as classes processuais cível e comércio; recuperação de empresas; registros públicos; arbitragem; família e casamento; interdição; tutela, curatela e ausência; sucessões: inventário, partilhas, arrolamentos e alvarás; fazendas públicas Estadual e Municipal, inclusive execução fiscal; improbidade administrativa; ação acidentária (ações do Art. 129, inciso II, da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991); saúde pública; meio ambiente; fundações; interesses difusos e coletivos; interesses individuais homogêneos e individuais indisponíveis; improbidade administrativa, ambiental e urbanística; medidas de proteção de interesse de idoso; medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha); infância e juventude - Seção Cível e Administrativa; causas de acidente de trânsito de menor complexidade; causas cíveis de menor complexidade; cartas precatórias e cartas de ordem das competências listadas nos itens anteriores.

Ainda este ano, passam a atuar com o processo eletrônico as comarcas de

Penalva; Vitória do Mearim; Pio XII; Olho d'Água das Cunhãs; Esperantinópolis; Igarapé Grande; Cururupu; Mirinzal; Tutoia; Santa Quitéria e Arame. Até o fim deste ano, o Judiciário maranhense pretende disponibilizar a plataforma em 69,78% das unidades judiciais do Estado. A virtualização já foi ampliada para incluir as classes processuais Infância e Juventude (Seções Cível e Infracional); Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) e plantão judicial de 1º Grau. As fases de liquidação e de cumprimento de sentença relativas aos pronunciamentos judiciais produzidos em processos autuados em suporte físico também passarão a ser processadas em suporte eletrônico, na plataforma PJe, de acordo com a Portaria Conjunta nº 05/2017.

A regra não se aplica às ações de conhecimento ajuizadas antes da implantação do PJe/TJMA nas unidades jurisdicionais incluídas no cronograma e que tramitam em autos físicos, assim como não inclui a desmaterialização dos processos que, ainda na fase de conhecimento, atualmente tramitam em suporte físico.

Intimações

A Portaria Conjunta nº 10/2018 também estabelece critérios para a realização de comunicações processuais e publicação de atos judiciais. As citações e intimações das partes e procuradores cadastrados na plataforma serão feitas em portal próprio, disponível no painel de usuário do PJe ou, nos casos em que a lei não exija vista pessoal, por publicação no Diário da Justiça eletrônico (DJe) do Poder Judiciário estadual. A publicação no DJe substitui qualquer outro meio de publicação oficial para fins de intimação, inclusive via sistema ou portal eletrônico, à exceção dos casos em que a lei exija vista ou intimação pessoal. **(TJMA)**

Divulgação



Até o fim deste ano, o Judiciário maranhense pretende disponibilizar a plataforma em 69,78% das unidades judiciais do Estado.



Qualidade

O que torna o ambiente de trabalho mais agradável para os colaboradores na organização? O que é bem-estar? Como a gestão por competências pode promover mudanças profissionais e institucionais? Essas e outras questões relativas à produtividade, liderança e qualidade no Poder Judiciário serão tratadas pela consultora Marina Simão, na palestra aberta “Salário Emocional”, promovida pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão, nesta sexta-feira, dia 14, no auditório do Fórum de São Luís. No local, Marina Simão fará o lançamento do livro “Salário Emocional: o segredo da produtividade nas empresas”, que trata sobre o tema, a partir de pesquisas que deram origem à sua dissertação de mestrado.

Fórum Sarney Costa comemora 30 anos com uma exposição

O presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, abriu evento ontem

Mais de 153 mil ações em tramitação atualmente, 61 unidades judiciárias, implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), acesso diário de cerca de 10 mil pessoas em suas dependências, sede própria em espaço de 46.896m² de área construída e investimentos em tecnologia para oferecer melhores condições de atendimento ao jurisdicionado. Esses são alguns dos fatos retratados na exposição comemorativa dos 30 anos do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), aberta ontem, na galeria de arte do órgão. A exposição procura resgatar a história do fórum e mostrar o que mudou nessas três décadas.

Ao fazer a abertura da exposição, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, disse que os 30 anos do fórum de São Luís mostram que os jurisdicionados confiam no Judiciário para resolver suas demandas, destacando o grande número de processos que hoje tramitam nas varas instaladas no fórum - mais de 153 mil - e também a quantidade de pessoas que são recebidas diariamente. São cerca

de 10 mil pessoas e já houve dia em que o acesso chegou a 17 mil. "Trabalhei neste fórum quando juiz e neste momento quero me confraternizar com magistrados e servidores que atuaram na mesma época aqui e muitos permanecem até hoje", acrescentou o presidente.

A diretora do fórum, juíza Diva Maria Barros Mendes, destacou que o objetivo da exposição é contar um pouco da história do fórum e do próprio Judiciário. A magistrada lembrou que o fórum começou a funcionar no bairro do Calhau em um prédio pequeno e hoje ocupa também um imóvel de sete pavimentos.

Participaram da cerimônia de abertura da exposição também o diretor da Corregedoria Geral da Justiça, juiz Marcelo Moreira, representando o corregedor, desembargador Marcelo Carvalho; o presidente da Associação de Magistrados do Maranhão, juiz Ângelo Santos; o desembargador aposentado Mário Lima Reis; juízes; promotores de justiça; defensores públicos; advogados e servidores. ●

Íntegra em oestadoma.com/451658

Justiça começa a ouvir matadores de delegado federal

Dois criminosos que mataram o policial em maio participam de audiência hoje na Justiça Federal

Davi Costa Martins e Wanderson de Moraes Baldez, acusados pelo assassinato do delegado da Polícia Federal David Farias de Aragão, vão participar das audiências de instrução nos dias 12 e 13 de setembro, na Justiça Federal, no bairro da Areinha. O delegado foi morto a tiros e facadas durante um assalto ocorrido na festa de aniversário de cinco anos de sua filha, na noite do dia 5 de maio deste ano, na residência da família, na Praia do Meio, no Araçagi, na cidade de São José de Ribamar.

A sessão da audiência de instrução vai ser presidida pelo juiz da 2ª Vara Federal, Magno Linhares, co-

mo também participarão procuradores da República e advogados de defesa dos suspeitos. A assessoria de comunicação da Justiça Federal informou que na primeira audiência devem ser ouvidas pelo juiz 10 testemunhas. No dia seguinte, mais três testemunhas e os dois acusados desse crime, que estão presos.

Acusados

O primeiro acusado a ser preso foi Wanderson de Moraes Baldez, de 18 anos, durante a madrugada do dia 6 de maio, ao dar entrada na Unidade Pronto Antedimento (UPA) da Vila Luizão. Os policiais civis e federais



David Farias de Aragão, que foi morto no dia do aniversário da filha

estiveram nessa unidade de saúde e, ao ser questionado, Wanderson Baldez confessou a autoria do crime e entregou os seus comparsas, Davi Costa Martins e um adolescente, de 17 anos.

Ele declarou que, ao perceberem a movimentação intensa na residência do delegado, decidiram fazer o assalto. Dois dos criminosos entraram pelos fundos da casa, enquanto o outro bandido foi pela la-

teral. Eles usaram uma faca e dois simulacros de arma de fogo.

O delegado chegou a entrar em luta corporal com um dos assaltantes, mas acabou levando facadas, além de ser mordido e atingindo com um tiro na região do tórax com sua própria arma. Após o crime, os bandidos fugiram levando a pistola 9 mm do delegado, alguns pertencentes do imóvel e das pessoas que estavam na festa. ●

Justiça começa a ouvir matadores de delegado federal

Dois criminosos que mataram o policial em maio participam de audiência hoje na Justiça Federal

Davi Costa Martins e Wanderson de Moraes Baldez, acusados pelo assassinato do delegado da Polícia Federal David Farias de Aragão, vão participar das audiências de instrução nos dias 12 e 13 de setembro, na Justiça Federal, no bairro da Areinha. O delegado foi morto a tiros e facadas durante um assalto ocorrido na festa de aniversário de cinco anos de sua filha, na noite do dia 5 de maio deste ano, na residência da família, na Praia do Meio, no Araçagi, na cidade de São José de Ribamar.

A sessão da audiência de instrução vai ser presidida pelo juiz da 2ª Vara Federal, Magno Linhares, co-

mo também participarão procuradores da República e advogados de defesa dos suspeitos. A assessoria de comunicação da Justiça Federal informou que na primeira audiência devem ser ouvidas pelo juiz 10 testemunhas. No dia seguinte, mais três testemunhas e os dois acusados desse crime, que estão presos.

Acusados

O primeiro acusado a ser preso foi Wanderson de Moraes Baldez, de 18 anos, durante a madrugada do dia 6 de maio, ao dar entrada na Unidade Pronto Antedimento (UPA) da Vila Luizão. Os policiais civis e federais



David Farias de Aragão, que foi morto no dia do aniversário da filha

estiveram nessa unidade de saúde e, ao ser questionado, Wanderson Baldez confessou a autoria do crime e entregou os seus comparsas, Davi Costa Martins e um adolescente, de 17 anos.

Ele declarou que, ao perceberem a movimentação intensa na residência do delegado, decidiram fazer o assalto. Dois dos criminosos entraram pelos fundos da casa, enquanto o outro bandido foi pela la-

teral. Eles usaram uma faca e dois simulacros de arma de fogo.

O delegado chegou a entrar em luta corporal com um dos assaltantes, mas acabou levando facadas, além de ser mordido e atingindo com um tiro na região do tórax com sua própria arma. Após o crime, os bandidos fugiram levando a pistola 9 mm do delegado, alguns pertences do imóvel e das pessoas que estavam na festa. ●

Em Foco

VII Semana de Execução Penal

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) abriu inscrições para a VII edição da Semana Maranhense de Execução Penal, que será realizada de 16 a 19 de outubro, no Auditório José Joaquim Filgueiras, localizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os interessados devem acessar o site defensoria.ma.def.br e efetuar sua inscrição até o dia 09 de outubro. O evento terá duração de quatro dias, sob a coordenação do Núcleo de Execução Penal (NEP) e da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep). Oportunidade para discutir assuntos voltados à melhoria do sistema carcerário maranhense, bem como à capacitação continuada dos profissionais que atuam nas unidades prisionais de ressocialização.

Homem é condenado em Coroatá por praticar homicídio privilegiado

O Conselho de Sentença condenou o acusado a 5 anos de prisão, pena definitiva, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto

A 2ª Vara da Comarca de Coroatá realizou uma sessão do Tribunal do Júri na segunda-feira (10), com o julgamento de Nelson de Sousa Rodrigues, conhecido com "Nelson do Nóe", acusado de homicídio simples contra um homem. O Conselho de Sentença, presidido pelo juiz Francisco Ferreira de Lima, titular da unidade judicial, condenou o acusado a 5 anos de prisão, pena definitiva, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto.

Consta na denúncia ministerial, que no dia 7 de junho de 2017, por volta das 2 horas e 15 minutos da madrugada, na Rua Yomar Galvão, no Bairro Tresidela, em Coroatá,

Nelson Rodrigues caminhava ao lado da vítima, e após desentendimento com o mesmo, cometeu o crime utilizando uma faca. "Posteriormente, por volta das 9h, a guarnição policial foi informada por meio de denúncia anônima, que o autor do crime estaria no Povoado Remanso de Fogo, zona rural de Coroatá, razão pela qual os agentes policiais se deslocaram de imediato até o referido povoado encontrando o acusado, que de pronto confessou o crime", narra o MPMA.

Na instrução processual e durante o julgamento, acusado e testemunhas, dentre as quais, os policiais que realizaram a prisão, ratificaram os

depoimentos sobre ter sido Nelson Rodrigues o autor do crime de homicídio.

Além do magistrado Francisco Lima e dos sete jurados do Conselho de Sentença, atuaram pela acusação, o promotor de Justiça Luís Samarone de Carvalho; e defesa, o advogado Jocundo Ferreira Franco Filho.

HOMICÍDIO PRIVILEGIADO – Esse tipo de homicídio engloba crimes motivados por valores sociais comuns, compaixão, piedade ou quando o autor está sob domínio de violenta emoção. Por exemplo, o pai que, tomado pela emoção de ver o filho assassinado, mata o autor do

crime em seguida. Os casos de legítima defesa também se encaixam nessa categoria. As penas podem ser reduzidas caso o Conselho de Sentença entenda tratar-se desse tipo de homicídio.

Durante a sessão do Tribunal do Júri desta segunda-feira (11), em Coroatá, na resposta dos quesitos sobre a culpabilidade ou não do acusado, a maioria dos jurados respondeu que Nelson Rodrigues cometeu o crime de homicídio sob domínio de forte emoção, logo após provocação injusta da vítima, que teria jogado o acusado numa "poça de lama" e ameaçado matá-lo com uma faca.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico (SRP) nº 53/2018
Processo nº 15.556/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção, reparos e reformas de cadeiras em geral; Abertura: 25/09/2018, às 10:00 horas (horário de Brasília); Local: Site www.comprasgovernamentais.gov.br; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br; Fone: 98 3261-6181. São Luís/MA, 10 de setembro de 2018. Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.

.....

Feira da Cidade Operária receberá reforma

O espaço foi alvo de de-
gradação ao longo dos anos,
sem nunca ter passado por
uma recuperação física em
todo o seu espaço.

VIDA

.....

Feira da Cidade Operária receberá reforma

O espaço foi alvo de degradação ao longo dos anos, sem nunca ter passado por uma recuperação física em todo o seu espaço

O Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Infraestrutura (Sinfra), Secretaria de Cidades (Secid) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrma) iniciou o processo de reforma da feira da Cidade Operária. O espaço foi alvo de degradação ao longo dos anos, sem nunca ter passado por uma recuperação física em todo o seu espaço.

Na manhã desta terça-feira (11), representantes do Governo do Estado estiveram acompanhando o juiz titular da Vara de Interesses Difusos de São Luís, Douglas de Melo Martins, em inspeção judicial, para avaliar o andamento da obra. O Estado do Maranhão assumiu esta responsabilidade devido à escassez de recursos financeiros na cooperativa que administrava



Representantes do Governo estiveram no local com o juiz Douglas de Melo, para avaliar o andamento da obra

FOTOS: DIVULGAÇÃO

a feira. A entidade mal conseguia fazer a manutenção higiênica e segurança do espaço, não tendo nenhuma viabilidade para fazer a reforma completa.

Com base nisso, o Estado do Maranhão, por meio da Sagma, assumiu a responsabilidade do espaço e tratou da reforma junto a Sinfra. No entanto, questões internas na feira travaram o início das obras. Um exemplo de dificuldade encontrada foi o remanejamento dos feirantes. Houve um acordo para que a feira fosse reformada toda de uma única vez. Mas, os feirantes da área interna disseram não haver outro lugar para trabalhar. O assunto foi um dos temas discutidos entre todos os envolvidos.

“Estamos mostrando ao juiz que aqui é uma obra completa, de repercussão social, que envolve centenas de pais de



Esta reforma que foi iniciada no Hortomercado da Cidade Operária servirá para ampliar o abastecimento, além de disponibilizar com sanidade os produtos, contribuindo para melhoria da renda dos feirantes e comerciantes e para a qualidade de vida da população

Rosany Cunha, secretária do Sistema Estadual de produção e Abastecimento

família. O Governo do Estado está fazendo a obra da melhor forma possível, com o mínimo de transtorno para a população, com mais qualidade para a comunidade e que garanta a sobrevivência dos feirantes”, disse o secretário de Governo, Antônio Nunes.

Para o juiz Douglas de Melo Marins, a obra precisa ser feita sem que haja riscos aos frequentadores da feira. “Constatamos que as obras foram iniciadas.

Estabelecemos um cronograma para que metade da obra seja concluída em quatro meses e, depois, seja feito o deslocamento dos feirantes para a parte reformada, para que, em outros quatro meses, seja feito o restante da obra”.

A secretária do Sistema Estadual de produção e Abastecimento (Sepab), Rosany Cunha, que esteve acompanhando a vistoria, disse que a reforma e ampliação do Hortomercado

da Cidade Operária é uma forma de favorecer feirantes e a comunidade, pois trará qualidade de vida para todos.

“Esta reforma que foi iniciada no Hortomercado da Cidade Operária servirá para ampliar o abastecimento, além de disponibilizar com sanidade os produtos, contribuindo para melhoria da renda dos feirantes e comerciantes e para a qualidade de vida da população”, afirmou Rosany Cunha.

Fora da Pauta

Willian Marinho
williamarinho@hotmail.com

Criminal

Respondendo a três processos criminais no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o suplente de deputado estadual Fernando Furtado (PCdoB) não apresentou as certidões exigidas e teve o pedido de registro de candidatura indeferido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). Já Josimar de Maranhãozinho (PR) teve seu registro devidamente deferido pela Justiça Eleitoral.

Projeto de redução da criminalidade é finalista do Prêmio CNMP

O projeto "Integração e tecnologia na prevenção e redução da criminalidade", desenvolvido pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOp/Crim), é um dos quatro projetos do MP maranhense entre os finalistas do Prêmio CNMP 2018, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Iniciado em outubro de 2016, o projeto busca desenvolver e implementar ações integradas com órgãos que têm poder de polícia para combater a criminalidade urbana. Para isso, busca-se o controle de condutas socialmente danosas, integração de órgãos públicos, compartilhamento de informações e, conseqüentemente, a redução da criminalidade e da violência.

Entre os parceiros estão a Secretaria de Estado da Segurança Pública, Polícia Militar, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Blitz Urbana, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, além dos Centros Integrados de Operações de Segurança (CIOPs).

São etapas do projeto a fiscalização dos órgãos expedidores de licenças e alvarás de funcionamento para estabelecimentos comerciais e outras atividades e a verificação do cumprimento desses alvarás e licenças; e a realização de operações, com órgãos de segurança pública, para promover o ordenamento urbano da cidade, visando ao combate à criminalidade. Todas as fases estendem-se até dezembro de 2018.

Em quase dois anos de existência, o "Integração e tecnologia na prevenção e redução da criminalidade" conseguiu alcançar diversos objetivos. Um deles foi a realização do georreferenciamento e diagnóstico da segurança pública na ilha de São Luís, analisando a violência e identificando os principais

fatores de risco e oportunidades para a solução dos problemas, mobilizando atores governamentais e não-governamentais para a implementação de estratégias de intervenção.

Nesse contexto, foi criada uma série temporal com dados da violência desde 2015, com análise dos casos de Mortes Violentas Intencionais (MVI) e Crimes Violentos Não Letais Intencionais (CVNLI) para elaboração de mapas temáticos e de análise situacional da violência. Entre 2016 e 2017, foi verificada uma redução de 26,57% na criminalidade na Ilha de São Luís.

Outro projeto desenvolvido foi o Integrador de Informações, que promove a interoperabilidade dos sistemas de informações de diversos órgãos, como o Ministério Público, Tribunal de Justiça, Secretarias de Estado de Governo, Segurança Pública e Administração Penitenciária e Detran. Outro sistema em operação é o de Supervisão de Monitoração Eletrônica, que acompanha os apenados que

utilizam tornozeleiras eletrônicas.

Internamente, o CAOp/Crim desenvolveu um sistema que permite o cadastramento de inquéritos e a realização de consultas dinâmicas a partir de diversos parâmetros. O sistema permite, também, o controle dos prazos dos inquéritos policiais abertos e concluídos nas diversas delegacias. Também foram criados dois Núcleos de Mutirões de Inquéritos com o objetivo de reduzir o passivo de inquéritos nas delegacias de polícia de São Luís.

Também foram realizadas palestras e rodas de conversa sobre monitoração eletrônica, além de workshops de perícia criminal de monitoração eletrônica. Ainda como parte da iniciativa, já está prevista no Planejamento Estratégico do MPMA a criação de Promotorias de Justiça de Segurança Pública.

Há, ainda, uma proposta de integração dos órgãos do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, que está em tramitação na Câmara Federal.

Finalistas

Em 2018, o Ministério Público do Maranhão chega ao Prêmio CNMP com quatro projetos dentre os finalistas, divididos em três categorias. A lista foi divulgada pela Comissão de Planejamento do Conselho Nacional do Ministério Público no mês de agosto.

Além do "Integração e Tecnologia na prevenção e redução da criminalidade", na categoria Redução da Criminalidade, os projetos "Ler, escrever e pensar: conscientizar para transformar" e "O dinheiro do Fundef é da educação: por uma educação pública de qualidade para todos os maranhenses", concorrem juntos na categoria Redução da Corrupção. Já o projeto "Pau de Arara nunca mais: o MP na defesa do transporte escolar de qualidade" é finalista na categoria Direitos Fundamentais.

Em 2017, o MPMA conquistou o primeiro lugar na categoria Redução da Corrupção, um feito inédito, com o projeto "O Ministério Público contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal". (CCOM-MPMA)

Abertas inscrições para VII Semana de Execução Penal da DPE/MA

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) abriu inscrições para a VII edição da Semana Maranhense de Execução Penal, que será realizada de 16 a 19 de outubro, no Auditório José Joaquim Filgueiras, localizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os interessados devem acessar o site defensoria.ma.def.br e efetuar sua inscrição até o dia 09 de outubro.

O evento terá duração de quatro dias, sob a coordenação do Núcleo de Execução Penal (NEP) e da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep). Oportunidade para discutir assuntos voltados à melhoria do sistema carcerário

maranhense, bem como à capacitação continuada dos profissionais que atuam nas unidades prisionais de ressocialização.

Os debates serão conduzidos por palestrantes especialistas no tema, em âmbito local e nacional. O evento é voltado a defensores públicos, juízes, promotores de Justiça, advogados, diretores de unidades prisionais, agentes penitenciários, especialistas jurídicos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), assistentes sociais, psicólogos, servidores e estagiários da DPE, alunos do Curso de Direito e demais profissionais que atuam no sistema carcerário.

Sala de Mediação Digital no TJMA auxilia cidadãos na realização de acordos

Consumidores podem solucionar pendências financeiras com empresas, de forma simples, ágil e por via eletrônica, diretamente na Sala de Mediação Digital, instalada na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (Praça Pedro II, Centro, piso térreo). “A Sala de Mediação Digital representa a extensão de um importante projeto desenvolvido pelo Poder Judiciário para incentivar a política nacional de conciliação. É a fixação do entendimento de que o exercício da cidadania precisa ser priorizado”, frisou o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos, desembargador José Luiz Almeida. Para solucionar uma demanda com alguma empresa, basta o cidadão fazer um rápido cadastro,

no local, com informações e dados pessoais, além de um resumo da questão financeira. A empresa demandada tem um prazo para se manifestar acerca do acordo sugerido pela parte, conforme a sua situação financeira. As plataformas utilizadas pela equipe – mediaçãodigital.com e consumidor.gov.br.

AGENDAMENTO

Na Sala de Mediação Digital, também é possível agendar uma sessão presencial em um dos centros de conciliação em funcionamento na Capital, além da marcação de exames de DNA no Laboratório Forense de Biologia Molecular, instalado no Fórum de São Luís (Calhau).

Palestra abordará bem-estar e produtividade no ambiente de trabalho

O que torna o ambiente de trabalho mais agradável para os colaboradores na organização? O que é bem-estar? Como a gestão por competências pode promover mudanças profissionais e institucionais? Essas e outras questões relativas à produtividade, liderança e qualidade no Poder Judiciário serão tratadas pela consultora Marina Simão, na palestra aberta "Salário Emocional", promovida pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), dia 14 de setembro (sexta-feira), às 10h, no auditório do Fórum de São Luís. No local, Marina Simão fará o lançamento do livro "Salário Emocional: o segredo da produtividade nas empresas", que trata sobre o tema, a partir de pesquisas que deram origem à sua dissertação de mestrado. O evento integra as atividades do projeto Durante o Expediente. A

entrada é gratuita e as inscrições serão feitas no local, uma hora antes da palestra.

CURSO

O assunto será abordado também em treinamento com turma fechada, organizado pela Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), no dia 12 (quarta-feira), na Esmam, para líderes dos diversos setores do Judiciário.

Marina vai apresentar o conceito de Salário Emocional no ambiente de trabalho, enfatizando a técnica como fator gerador de produtividade na organização. Em seus estudos, a pesquisadora identificou que a felicidade organizacional e o bem-estar no ambiente de trabalho são fatores fundamentais para o bom desempenho profissional e o aumento da produtividade nas organizações.

Justiça lotada Mais de 150 mil processos tramitam no Fórum Desembargador Sarney Costa

Um número resume a superlotação crescente no Fórum Desembargador Sarney Costa: até essa terça-feira (11) havia 153.796 mil processos tramitando somente nas varas Cível, Família, Venda Pública, Interesses Difusos, Infância e Juventude e Execução Penal, atendidas pelos 80 magistrados da Casa. **PÁG. 1 [C2]**



O Fórum Sarney Costa completa 30 anos, registrando uma superlotação no total de processos

Justiça lotada

Mais de 150 mil processos tramitam no Fórum Desembargador Sarney Costa

Ontem, foram comemorados os 30 anos da unidade judicial, localizada no Jacarati, com uma exposição sobre a sua história

LUCIENE VIEIRA

Um número resume a superlotação crescente no Fórum Desembargador Sarney Costa: até essa terça-feira (11) havia 153.796 mil processos tramitando somente nas varas Cível, Família, Venda Pública, Interesses Difusos, Infância e Juventude e Execução Penal, atendidas pelos 80 magistrados da Casa. As informações, repassadas ontem, durante a abertura da exposição pelos 30 anos do Fórum, situado na Avenida Professor Carlos Cunha, no bairro do Jaracati, são uma amostra das dificuldades enfrentadas pelo Judiciário maranhense, entre elas, o excesso de ações. De acordo com a diretora do Fórum, a juíza Diva Maria de Barros, o maior desafio é ainda dar conta da demanda que só cresce. Citando a criação dos juizados de Pequenas Causas (estaduais) como exemplos de instrumentos que melhoraram o atendimento à população,

a juíza falou da criação de núcleos de conciliação, para que as próprias pessoas entrem em um entendimento, fazendo com que as partes resolvam seus conflitos por meio de acordos. “Temos que tentar fomentar mais a questão das conciliações, das mediações, para ver se o Judiciário fica menos afogado. Isso é possível, é válido, eu acredito que seja até uma forma mais eficiente, porque as pessoas não resolvem só o problema, mas o conflito em si”, declarou Diva Maria. Questionada pelo **Jornal Pequeno** sobre as leis de décadas atrás, e de o Judiciário ter que lidar com casos de legislação muito recente, como a biomedicina ou os direitos civis de casais homossexuais, a juíza Diva Maria respondeu que o legislador está em consonância com a mudança da sociedade. “Acredito que os legisladores enfrentam todas as questões e espelham isso nas leis. Eu acho que as leis são

atuais”, opinou a diretora do Fórum Desembargador Sarney Costa.

CENTRALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Esteve presente à solenidade de abertura oficial da exposição dos 30 anos do Fórum, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos. Para ele, a Justiça precisa criar distritos judiciários nos bairros de São Luís, para fazer com que o sistema vá até ao cidadão. A descentralização física, afirmou Joaquim Figueiredo, poderia auxiliar a própria redução do número de processos no Fórum, onde, por dia, circulam 10 mil pessoas.

Sobre a excessiva centralização, na cidade de São Luís com mais de um milhão de habitantes, e com relação ao Fórum Sarney Costa, o presidente do TJ-MA informou que os juizados já teriam sido todos levados para o Fórum, unidos

em um só núcleo, na gestão passada. Existem, nos dias de hoje, no Fórum, 61 unidades judiciais: varas, central de inquérito, auditoria militar (Justiça Militar), e recursal.

Para Joaquim Figueiredo, a Justiça precisa ir até a sociedade, em vez de querer que só a sociedade vá até ela. “Eu penso que nós devamos descentralizar, levar os juizados para as comunidades, para os bairros”, disse, ao dar seu ponto de vista, sendo que esse reforçou a ideia de que o volume processual diminuiria com a descentralização.

MODERNIDADE

Com essas unidades processuais nos bairros, as pessoas estariam perto de onde resolvem as questões, às vezes, nem abriam ações, fariam acordos. Hoje, a coisa toda se modernizou, o juiz tem um modelo de sentença que ele só recheia o caso. “Eu sou da época antiga, gostava de ver o ‘preto no branco’, e agora a gente só fica vendo através de computador; mas não há dúvida que os processos são ‘manuseados’ com maior rapidez”, declarou o desembargador

aposentado Mário Lima Reis.

Numa sociedade que, com a internet, faz surgirem conflitos mais rapidamente, o Fórum informou que somente duas varas de Entorpecentes, nove Criminais, e quatro do Tribunal do Júri, é que ainda não migraram para os processos judiciais eletrônicos. O Fórum Desembargador Sarney Costa tem atualmente 1.471 pessoas trabalhando nele. Desse total, 937 são servidores, 80 juízes e os outros funcionários são policiais e terceirizados.

EXPOSIÇÃO

O Fórum Desembargador Sarney Costa, sede da Comarca de São Luís, comemora neste mês 30 anos. A data foi celebrada ontem, com uma exposição – na Galeria de Arte, localizada no hall do prédio –, que mostra a história do órgão a partir da sua instalação no bairro do Calhau, sede definitiva.

A história dos 30 anos está sendo mostrada por meio de objetos usados no início do funcionamento do Fórum (Calhau), processos daquela época e já arquivados, fotografias e banners, fazendo uma linha do tempo até os dias atuais. Foram convidados para a cerimônia alguns dos primeiros magistrados e servidores que trabalharam na época de instalação da sede no Calhau, sendo muitos já aposentados.

SOBRE O FÓRUM

É o local que abriga as instalações do

Poder Judiciário em uma determinada comarca. O Fórum Desembargador Sarney Costa é o fórum da comarca de São Luís, vinculado, portanto, à Justiça do Maranhão. Ele está diretamente ligado ao Tribunal de Justiça do Estado, sendo que administrativamente está subordinado à Corregedoria Geral da Justiça. Recebeu esta denominação na sessão plena do TJ do dia 23 de setembro de 1987, em homenagem ao Des. Sarney (de Araújo) Costa, que assumiu como desembargador em 11 de novembro de 1953.

Funcionou inicialmente no andar térreo do prédio do Tribunal de Justiça, na Praça D. Pedro II (Centro), até 4 de setembro de 1988, quando foi inaugurada a sede atual, no bairro Calhau, completando no ano de 2018, portanto, 30 anos de inauguração e funcionamento.

A nova sede foi construída com o intuito de abrigar todas as varas de

Justiça. Porém, com o passar dos anos, as demandas aumentaram e o número de varas foi crescendo, necessitando de um prédio maior, sendo, então, construído um anexo, com 7 pavimentos, inaugurado em 2011, abrigando as unidades judiciais e parte dos setores administrativos. O imóvel ocupa um espaço de 46.896m² de área construída, num terreno de 102.211m². Abriga 61 unidades judiciais (varas, juizados, Central de Inquéritos, Turma Recursal, e Auditoria Militar), além de setores do Fórum e do Tribunal de Justiça. Construído em 1988, no bairro do Calhau, o fórum teve, simultaneamente, dois diretores na primeira gestão, os juízes José Ribamar Andrade (criminal) e José Ribamar Goulart Heluy (cível). Já dirigiram o órgão 18 magistrados. Atualmente a diretora é a juíza Diva Maria Barros Mendes, para o biênio 2018/2019.



FOTO: GILSON FERREIRA

A diretora do Fórum Desembargador Sarney Costa, juíza Diva Maria Barros, abre a cerimônia em comemoração aos 30 anos daquela Casa Judicial



O Fórum Sarney Costa completa 30 anos, registrando uma superlotação no total de processos

Abertas inscrições para VII Semana de Execução Penal da DPE/MA

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) abriu inscrições para a VII edição da Semana Maranhense de Execução Penal, que será realizada de 16 a 19 de outubro, no Auditório José Joaquim Filgueiras, localizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os interessados devem acessar o site defensoria.ma.def.br e efetuar sua inscrição até 9 de outubro. O evento terá duração de quatro dias, sob a coordenação do Núcleo de Execução Penal (NEP) e da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep). Oportunidade para discutir assuntos voltados à melhoria do sistema carcerário maranhense, bem como à capacitação continuada dos profissionais que atuam nas unidades prisionais de ressocialização. Os debates serão conduzidos por palestrantes especialistas no tema, em âmbito local e nacional. O evento é voltado a defensores públicos, juízes, promotores de Justiça, advogados, diretores de unidades prisionais, agentes penitenciários, especialistas jurídicos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), assistentes sociais, psicólogos, servidores e estagiários da DPE, alunos do Curso de Direito e demais profissionais que atuam no sistema carcerário.

Justiça condena ex-prefeita de Presidente Dutra por contratação ilegal de servidores

DIVULGAÇÃO

A ex-prefeita do município de Presidente Dutra, Irene de Oliveira Soares, foi condenada em Ação Civil de Improbidade Administrativa pela contratação irregular de servidores para ocuparem cargos efetivos criados por lei, sem prévio concurso público de provas e títulos. A juíza titular da 1ª Vara de Presidente Dutra, Gláucia Maia de Almeida, condenou a ex-prefeita à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três anos; ao pagamento equivalente a dez vezes o valor da remuneração que recebia no exercício do cargo e à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou créditos, pelo prazo de três anos.

Segundo o Ministério Público estadual, autor da ação, ofícios da Justiça do Trabalho informaram que entre janeiro de 2005 e dezembro de 2012, quando foi gestora municipal, a ex-prefeita contratou servidores sem prévio concurso público, contrariando a regra do artigo 37, II, da Constituição da República.

O MPE pediu a condenação da ex-prefeita nas sanções do Artigo 12, III, da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92).



A ex-prefeita Irene Soares foi condenada em Ação Civil de Improbidade Administrativa

A ex-prefeita contestou a ação, alegando não haver irregularidade nas contratações feitas no município. Defendeu a legalidade dos atos, invocando A Lei Municipal que autorizaria a contratação para atender a necessidade temporária e excepcional de interesse público,

e ausência de dolo ou prejuízo ao erário decorrente da conduta, nem mesmo ato de improbidade.

SENTENÇA

No julgamento do processo, e após ouvir as testemunhas, a juíza constatou que a contratação dos servidores sem concurso público feriu os princípios da legalidade e moralidade da administração pública. No entanto, concluiu que as contratações irregulares dos servidores não foram suficientes para comprovar prejuízo ao erário, tendo em vista que os ex-servidores exerciam as funções dos cargos que ocupavam, mediante pagamento mensal.

“No caso dos autos, a ex-gestora promoveu concurso público, como é notório na cidade, e mesmo assim continuou o contrato de trabalho dos servidores, sabendo que estava ilegal, quando poderia ter nomeado os servidores concursados”, declarou a juíza na sentença. Diante da ausência de prejuízos ao erário, não coube a condenação em ressarcimento ao município, nem a perda da função pública, já que o mandato da ex-gestora já foi encerrado.

Governo do Estado assume reforma do Hortomercado da Cidade Operária

Após anos de abandono e funcionamento precário do Hortomercado da Cidade Operária, o governo do Estado assumiu a responsabilidade de melhorias como adaptação do prédio principal e ampliação do galpão auxiliar, mudança de cobertura e estrutura, readequação do sistema elétrico, obras de acessibilidade e estacionamento do tradicional local de comércio do bairro.

Por meio das secretarias de Infraestrutura (Sinfra), Cidades (Secid) e Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrima), foi iniciado um processo de reforma delicado e que precisou contar com a colaboração de feirantes e comerciantes.

Com base nos problemas financeiros alegados pela cooperativa que administra o local, o Estado do Maranhão assumiu a responsabilidade do espaço, mas por questões internas

do funcionamento da feira, a reforma precisou ser paralisada até que todos os envolvidos aprovassem o cronograma das obras.

Durante uma visita realizada na última terça-feira (11), por representantes do governo do Maranhão acompanhados do juiz titular da Vara de Interesses Difusos de São Luís, Douglas de Melo Martins, o secretário de Governo (Segov), Antônio Nunes, destacou as peculiaridades da obra. “Estamos mostrando ao juiz que a obra é complexa, de repercussão social, que envolve centenas de pais de família. O governo do Estado está fazendo a obra da melhor forma possível, com o mínimo de transtorno para a população, com mais qualidade para a comunidade e que garanta a sobrevivência dos feirantes”, afirmou o titular da Segov. O juiz Douglas de Melo Martins constatou que a obra teve início e



Acompanhado de representantes do Governo e dos feirantes, o juiz Douglas Martins verificou o andamento das obras

a criação de um mecanismo para que os serviços não atrapalhem a venda de alimentos no local. “Constatamos que as obras foram iniciadas. Estabelecemos um cronograma para que metade dela seja concluída em quatro meses e, depois, seja feito o deslocamento dos feirantes para a parte reformada, para que, em outros quatro meses, seja feito o restante”.

NOVO HORTOMERCADO

A secretária do Sistema Estadual

de Produção e Abastecimento (Sepab), Rosany Cunha, que também acompanhou a vistoria, disse que a reforma e ampliação do hortomercado tem como único objetivo o favorecimento de feirantes e da comunidade. “A reforma servirá para ampliar o abastecimento, além de disponibilizar com sanidade os produtos, contribuindo para melhoria da renda dos feirantes e comerciantes e para a qualidade de vida da população”, analisou Rosany Cunha.

DIVULGAÇÃO